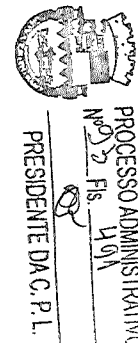


O STF, o guardião da CRFB/1988, enfrentou o tema na ADI 4679 DF, sob relatoria voto do ministro Luiz Fux, considerando a constitucionalidade dos requisitos legais apresentados na lei 12.485/2011:

"(...)De fato, ainda que se considere que as atividades de montagem da grade de programação e de elaboração dos pacotes de canais configurem autêntica manifestação de pensamento, o cadastro prévio junto à ANCINE está longe de representar qualquer "censura prévia". É que já foi assentada a constitucionalidade das diversas regras materiais aplicáveis ao setor (tais como as que fixam a responsabilidade editorial restrita aos brasileiros, as que limitam a participação cruzada de capital e, 108 Revisado ADI 4679 / DF notadamente, as que fixam conteúdos brasileiros mínimos a serem veiculados). Ora, se essas regras materiais são válidas, nada mais óbvio do que existir uma autoridade responsável por zelar por seu cumprimento e, em verificando a inobservância dos comandos legais, punir, proporcionalmente, o agente econômico infrator. (...)"



Acrescentou ainda,

"(...)O art. 36 da Lei do SeAC – da mesma forma como os arts. 12 e 13 da Lei – simplesmente cria instrumentos para que a ANCINE tenha condições de exercer a fiscalização e impor a observância das regras criadas pelo novo marco regulatório do setor. (...)"

Os mesmos fundamentos, granjeiam irrisignação quanto aos atestados das folhas 323 e 324, todavia como a empresa não é credenciada na Ancine, portanto não pode exercer a atividade de programação. Logo devem ser desconsiderados os atestados de transmissão das folhas 322, 323 e 324, nesta última as desconsiderações necessárias atingem efeitos a partir do vigor da lei 12.485/2011.

c) DA NÃO APRESENTAÇÃO DA(O) JORNALISTA PREVISTA NO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA VII, 4, "a"

O termo de referência presente no anexo I do presente edital deve ser cumprido fielmente pela licitante conforme item V.01.01, "h", ocorre que a licitante MAV MASTER ÁUDIO E VÍDEO PUBLICIDADE, PRODUÇÕES E MULTIMÍDIA LTDA não apresentou em seu quadro de profissionais um jornalista que exercesse as funções requeridas no termo de referência, VII, 4, "a" *in verbis* "Serão produzidos os programas previstos neste Projeto Técnico para o estúdio da contratada. Quando for conveniente, a produção será realizada em externas. Um jornalista será responsável pela produção, incluindo o levantamento de informações, agendamento de pautas, acompanhamento das edições e demais funções que darão suporte ao jornalista apresentador, que executará esta função, inclusive quando da realização de entrevistas."

A handwritten signature or mark is located at the bottom right corner of the page.

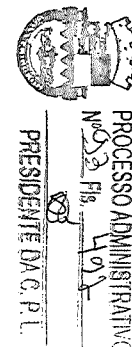
Ao verificar o quadro de funcionários da licitante na fls. 401 foi discriminado somente o jornalista apresentador, não sendo a consignado **Um jornalista responsável pela produção, incluindo o levantamento de informações, agendamento de pautas, acompanhamento das edições e demais funções**, termo de referência, VII, 4, "a", portanto a declaração da licitante na fls. 325 não supre o requisito do termo de referência devendo ser inabilitada juridicamente conforme item V.01.01, "h".

Inobstante o modelo de quadro de profissionais do presente edital prevê que "**deverá listar todos os profissionais que executarão os serviços especificados no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA**" sendo patente que a ora licitante não apresentou um jornalista com as funções requeridas no termo de referência, VII, 4, "a", portanto também não suprimindo os requisitos do item V.01.03, sendo inabilitada tecnicamente.

Ademais, vale ressaltar que o anexo III do modelo de quadro de profissionais diz que deverá constar, no mínimo, "1 jornalista registrado" não afastando a obrigação de apresentação do jornalista descrito no termo de referência, VII, 4, "a", o que se dispõe é que entre todos os jornalistas apresentados, um deverá ser registrado.

Portanto, a manutenção de tal decisão pela CPL frustrará a isonomia do presente certame, pois os que se adequaram aos requisitos do termo de referência serão penalizados, tendo em vista a decorrência lógica do custo de pessoal que será superior na proposta quando comparados àqueles que não cumpriram os requisitos do edital no termo de referência, VII, 4, "a", por lançar mão do jornalista requisitado e a possibilidade de diminuição do preço da proposta, fundada em vantagem desarrazoada e desleal, ferindo de morte os princípios da isonomia, moralidade e eficiência. Além, claro, da violação do instrumento convocatório. Ou seja, se o quadro funcional da licitante está incompleto, a menor, lógico que o preço da proposta será a menor, já que não terá mais um custo de pessoal, com o jornalista requisitado no termo de referência, VII, 4, "a", mostrando evidente deslealdade com a licitante que cumpriu à risca o edital. Nesta senda, a jurisprudência do TRF-2 dispõe:

TRF-2 - Agravo de Instrumento AG
00011982120164020000 RJ 0001198- 21.2016.4.02.0000
(TRF-2) Jurisprudência • Data de publicação: 19/07/2016
EMENTA LICITAÇÃO. REQUISITO EDITALÍCIO.
HABILITAÇÃO. 1. A liminar foi deferida ao fundamento de
que a agravante, apesar de apresentar a melhor proposta e
ter sido declarada vencedora no certame RDC eletrônico nº
03/2015, deixou de apresentar documentos exigidos para
sua habilitação técnica. Com efeito, em que pese constar
expressamente no item 13.6.3.6 do edital a necessidade de



registro no RIOLUZ, a agravante não comprovou cumprir tal requisito. 2. Portanto, a decisão agravada não se mostra teratológica ou ilegal, porquanto a vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação, previsto no art. 41, caput, da Lei nº 8.666 /1993, vedando que a Administração e os licitantes se afastem das normas estabelecidas no instrumento convocatório, sob pena de nulidade dos atos praticados. 3. Recurso desprovido.

(grifos nossos)

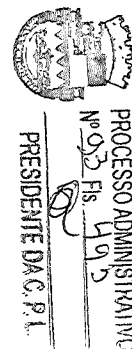
No mesmo sentir a jurisprudência do TJ-RS é assente:

TJ-RS - Apelação Cível AC 70069509040 RS (TJ-RS)
Jurisprudência • Data de publicação: 07/10/2016 EMENTA
LICITAÇÃO. **INABILITAÇÃO PARA O CERTAME.**
DOCUMENTAÇÃO EM DESCONFORMIDADE COM O
OBJETO DO EDITAL. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE NO
ATO ATACADO. O mandado de segurança é o remédio
constitucional apto a proteger direito líquido e certo, lesado ou
ameaçado de lesão por ato de autoridade, consoante dispõem
os artigos 5º, inciso LXIX da Constituição Federal, e 1º, da Lei
nº 12.016 /2009. Para a concessão da segurança se faz
necessária a prova escrita, inequívoca e pré-constituída dos
fatos, bem como o relevante fundamento jurídico a ensejar tal
pretensão. In casu, a apelante não obteve êxito em comprovar
a irregularidade no ato atacado. **Ora, em não havendo a**
efetiva comprovação quanto ao atendimento das
exigências contidas no objeto do instrumento
convocatório, não há qualquer abuso no ato emanado da
Administração que inabilitou a apelante, desclassificando-a
do certame. Aliás, a vinculação ao edital é princípio básico
de toda licitação Apelo não provido. (Apelação Cível Nº
70069509040, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do
RS, Relator: Lúcia de Fátima Cerveira, Julgado em
28/09/2016).

(grifos nossos)

d) DA NÃO APRESENTAÇÃO DE 2 TRADUTORAS(ES)-INTÉRPRETE(S) DE LIBRAS

Conforme nota técnica formulada pela Federação Brasileira de Tradutores e Intérprete de Libras, consignada nos autos do processo administrativo das fls. 272 as 275, Concorrência 0001/2019, é recomendada a troca entre as funções da equipe de TILS quando a interpretação simultânea da LIBRAS demandar longos períodos de tempo, como é o caso das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes da Câmara Municipal de Nova Friburgo, portanto a licitante MAV MASTER ÁUDIO E VÍDEO PUBLICIDADE, PRODUÇÕES E MULTIMÍDIA LTDA, ao apresentar em seu quadro de profissionais somente 01(um) profissional não cumpre os requisitos na nota técnica em



10